



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

Sala das Comissões

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS PÚBLICAS

Assunto: *ATA da Audiência Pública Lei Diretrizes Orçamentária- LDO 2025*

ATA nº 030/2024. Audiência Pública da LDO para 2025. Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte quatro, as quatorze horas, no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Mostardas, Calçada Chico Pedro, reuniu-se a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas Públicas, para a realização da Audiência Pública, referente ao Projeto de Lei 117/2024, que “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025”. Para a realização da mesma, foram entregues 32 convites em mãos e enviados para mais de 10 entidades via e-mail, foi feito anuncio em moto som nas ruas por total de 4 horas, e também, foi divulgada nas mídias digitais, no intuito de dar visibilidade e chamar a comunidade para que tivéssemos o maior número possível de participantes na referida Audiência Pública. A mesa foi composta pelos integrantes da Comissão CFOCP (Comissão de Finanças, Orçamento e Contas Públicas): Vereador Júnior Pereira como Presidente, Vereador Toni Araujo como Secretário e Presidente da Câmara Vereador Jorge Amaro. Na Audiência pública, realizada de forma híbrida, se fizeram presentes 18 membros da comunidade. Dando por aberto o início dos trabalhos da referida Audiência, o Presidente Vereador Júnior, tendo a mesa composta agradeceu a presença de todos e aos que estavam assistindo pela internet. Iniciando falou que está por vir um importante ano com uma troca de gestão e que não iria se furtar de dar voz a comunidade e as entidades organizadas, passando a palavra para o Secretario Toni fazer a leitura dos ofícios da Comissão. Em seguida mencionou o Presidente que a Lei Orçamentária para 2025 tem aproximadamente um valor superior de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões) deste valor se tem um parâmetro de arrecadação corrente liquida de R\$ 80.147.000,00 (oitenta milhões cento e quarenta e sete mil) quando se fala em servidores, fundo dos servidores, índice de pessoal e demais gastos se tem como base a previsão de arrecadação corrente liquida. Se tem um encaixe de amortização previdenciária do município que tem que ser ajustado no valor de

R\$ 5.628.000,00 (cinco milhões seiscientos e vinte nove mil) repassar para manutenção ao Fundo dos Servidores, R\$ 1.419.000,00 (um milhão quatrocentos e dezenove mil) para amortização da dívida pública financiamento com Finiza, e uma previsão de R\$ 1.658.000,00 (um milhão seiscientos e cinquenta e oito) de juros. Se tem um autorial do Regime Próprio dos Servidores que vai ficar R\$ 396.000.000,00 (trezentos e noventa e seis mil) para um parcelamento de 150 parcelas que está dentro da Lei de Diretrizes e vai ser repassado para a Lei Orçamentária para pagamento da parcela 89 até a parcela 100 num total de 150 parcelas. Frisou que já teria passado ao Governo via Comissão, a preocupação com o Reurb (Regularização Fundiária Urbana) projeto que iniciou em 2021 com a questão da regularização urbana do município de áreas verdes do município que muitas vezes é utilizada pela comunidade, solicitou que se possível entregar concluído esta questão do Reurb com os lotes para parcelamento para o munícipe possa pagar e ter a posse de seu terreno. Outra questão é o Sindicato dos Servidores com relação a um aumento real para os servidores e diárias, para que se estude uma viabilidade destas demandas para a valorização dos servidores com isso a valorização do comercio local.

Após uma breve falta de luz voltamos a reunião. O Presidente deu andamento a audiência frisando a intenção de auxiliar o governo nas prioridades com o Reurbe, intenção de colocar um valor anual para aquisição de saibro para manutenção a cada ano para o ensaibramanto das estradas vicinais, deixando claro que é sabedor do endividamento e dos parcelamentos de dividas e com o estado de emergência solicitado, que deste ano passou aproximadamente R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) de dividas para serem pagas a partir de 2025.

O representante da Brigada Militar Comandante Sarg. Magnus encaminhou Ofício nº 66/4ºPel/3ª Cia/8º BPM, que foi lido pelo secretário da mesa, logo após o Sargento se pronunciou na tribuna onde solicitou apoio para disponibilização de recursos financeiros no valor mínimo de R\$500,00 (quinhentos reais) para manutenção de viaturas que atuam na cidade de Mostardas no policiamento ostensivo. Falou que considerando que a frota por muitas vezes fica reduzida em razão de manutenção por vezes chega a ficar até 25 dias parada em razão da demora da burocracia e de fato na oficina apenas 3 dias para reparos, prejudicando assim o atendimento de ocorrências. Com este valor a disposição teríamos mais agilidade no reparo, direcionando para oficinas já credenciadas pelo município colocando assim a viatura a serviço o mais breve possível. O Presidente Vereador Júnior salientou a necessidade de atualizar novamente convenio com o CONSEPRO visto que ele em 2009 já tinha iniciado este trabalho e agora se faz necessário mais uma vez este auxílio a Brigada

Militar e a Polícia Civil, visto que na época que se tinha o auxílio ao Corpo de Bombeiros, em seguida agradeceu a manifestação do Sargento Magnun, afirmando a inclusão de seu pedido no relatório final. Em seguida o Secretário do Meio Ambiente Remi Zacca enfatizando em sua fala que a participação popular se faz importante neste processo de reivindicações. Em seguida Presidente da Casa Vereador Jorge Amaro fez uso da palavra agradecendo a participação expressiva da comunidade e falou da importância das três maiores Leis que regem o município a LDO, LOA e PPA que definem a organização e ajustes necessários do governo, falou também em relação de reativar o CONCEPRO para ajudar atender a demanda do Brigada Militar, falou do pagamento em dia do RPPS com responsabilidade e que o município esta do ponto de vista orçamentário com as contas em dia para prospectar um desenvolvimento mais seguro, finalizando parabenizou a comissão pela mobilização.

Como encaminhamento final da audiência o Presidente da Comissão de Finança Ver. Júnior afirmou que além do Parecer de Admissibilidade do Projeto de Lei, vai solicitar ao Governo um diálogo entre as Entidades, Câmara e Executivo que é prioridade deste Parlamento. No que se refere ao Parecer final da Comissão: 1º que o Governo estude e sempre tenha como meta rever dentro da responsabilidade fiscal a condição de aumento real aos Servidores Públicos Municipais, valorizando a prestação de serviço por estes que atendem às demandas do município; 2º a questão do CONSEPPO ajustar junto com o Governo e disponibilizar na Lei Orçamentária no futuro um valor inicial para em 2025 ter a condição de ajudar a coletividade; 3º a questão de aquisição de mangueiras para serem usadas nos hidrantes da cidade para que fique a disposição no combate a incêndios e que possa atender do hospital São Luiz e todo Centro Histórico, dando uma condição mínima de segurança contra futuros incêndios; 4º a questão do saibro, para que a partir de 2026 seja aprovado um valor anual para aquisição de saibro para estradas vicinais, onde é gerado nossa produção, riqueza e a valorização para o homem do campo, pretendendo já estar incluído junto na Lei para o ano de 2025; 5º a questão do destino final do lixo. Vamos gastar este ano R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil) com o destino final do lixo, que sege feito uma educação significativa nas escolas com nossas crianças, com relação a compostagem e reciclagem, reduzindo assim o peso pago final do lixo transportado pelo município. Cobrando das empresas que fazem o recolhimento do lixo, que tenham dia e data certa para recolhimento do lixo, para fazer com que o município gaste menos neste quesito e faça sobrar este valor aos cofres do município e ser investido em outras áreas.

Ao final o Presidente agradeceu imensamente a presença dos Vereadores, Secretários, Servidores da Casa e nossa comunidade do Rincão do Mina, representantes de Classe e a

comunidade em geral, encerrando a Audiência Pública da LDO 2024. A lista de participação com registro das presenças, segue em anexo e faz parte desta ata.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2024.



Júnior Pereira
Presidente da Comissão



Toni Araujo
Secretário da Comissão